

ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FORMAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO OU FORMAÇÃO PARA O MERCADO?

Jaqueline Ferreira de **Almeida** – UFES

Resumo

O desenvolvimento de práticas que promovam a formação integral do ser humano e contemple, de maneira indissociável, a formação para o trabalho e a formação cidadã é importante para que tenhamos sujeitos agentes de transformação no espaço e no contexto em que estão inseridos, e não apenas sujeitos que detenham a técnica para o trabalho. Assim, ter integração entre o trabalho e a educação, a formação para o trabalho e para o mundo social, é pensar o ser humano em todas as suas dimensões. Com o objetivo de identificar práticas integradoras no âmbito do Curso técnico em eletrotécnica do IFES campus Vitória, foi realizada análise do Projeto de Curso e das reuniões do grupo focal, com objetivo de identificar possibilidades e limites de práticas integradoras. Identificamos possibilidades de avançar no projeto que vise à formação integral do ser humano mas também limites para que ocorra a integração.

Palavras-chaves: Ensino Médio Integrado. Educação Profissional. Currículo Integrado.

ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FORMAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO OU FORMAÇÃO PARA O MERCADO?

Introdução

O desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a formação integral do ser humano, contemplando a indissociabilidade entre formação para o trabalho e formação para a vida em sociedade, é defendido, neste trabalho, considerando duas dimensões. A primeira relaciona-se a formação de sujeitos emancipados e agentes de transformação no espaço e no contexto em que estão inseridos; enquanto a segunda remete-se a superação do processo de formação restrita ao conhecimento das técnicas de produção e desassociada da formação para a vida social. Neste aspecto, a relação entre trabalho e educação, é posta como elemento central, considerando o trabalho como

elemento fundante do processo educativo; a integração entre formação para o trabalho e a formação para o mundo social é, então, percebida como modelo de formação integral do ser humano em todas as suas dimensões.

Na perspectiva histórica da educação brasileira, observamos a dualidade entre a formação para o trabalho, destinada aos indígenas, escravos, pobres e “desvalidos” da sorte, e a formação propedêutica, formação para a vida destinada às elites brasileiras. A educação geral e a educação profissional estiveram, entre avanços e retrocessos, no contexto histórico brasileiro, interligadas e, ao mesmo tempo, desvinculadas. A Educação Profissional, de certa forma, sempre esteve ligada às classes menos favorecidas socialmente, do ensino de ofícios pelos jesuítas, com finalidade de produzir a domesticação dos indígenas e dos escravos na colônia e no império, perpassando pela destinação aos órfãos e desvalidos da sorte no espaço urbano na república; visando a preparação restrita para o trabalho. Em nossos dias, com alcance dos programas de governo para a qualificação profissional, a maior finalidade é ensinar uma profissão aos filhos dos pobres e formar uma classe trabalhadora que atenda tecnicamente ao mercado, despreocupada com as bases tecnológicas necessárias para a consolidação dos saberes relacionados à produção e com a formação social.

Consideramos que entender de que modos ocorrem os processos de integração, a relação entre teoria e prática e sua vinculação, é um passo fundamental para as intervenções pedagógicas necessárias e direcionamentos às concepções de formação nos aspectos sociais e do trabalho. Neste aspecto, compreender as concepções de formação integrada na rede federal de educação e compreender os limites e possibilidades do ensino médio integrado no Espírito Santo, a partir dos avanços e retrocessos das políticas para a educação profissional, torna-se fundamental.

Nossa inquietação diante das atuais políticas educacionais para a educação profissional, remete-nos a indagações sobre como ter práticas de integração entre o ensino médio e a educação profissional, considerando a marca histórica da dualidade entre as modalidades.

As políticas para a educação profissional, que historicamente serviram mais as forças hegemônicas, podem ser instrumentos de legitimação e materialização de uma pedagogia contra-hegemônica, que favorece equidade e a justiça social, em favor de todas as classes, cujo ponto fulcral é formação humana integral e que supera a dualidade entre a educação profissional e a educação básica e a formação restrita ao e

para o mercado. Até porque a desassociação entre as duas modalidades de formação não atende nem mesmo ao próprio capital.

O trabalho é o meio pelo qual o homem transforma a natureza em seu benefício a fim de modificá-la para a sua sobrevivência. Assim, Saviani (2007) conceitua o trabalho e a educação a partir do entendimento do homem como ser em si mesmo (ontologia) no contexto histórico. De acordo com o autor, o trabalho é inerente ao homem e, a relação trabalho-educação são indissociáveis.

O trabalho assume formas históricas específicas, em conformidade com os modos de produção da existência humana. Os processos e modos de produção instituídos historicamente pelo homem transformam a natureza e ao próprio homens. A compreensão destes modos de produção, bem como dos métodos e procedimentos utilizados nos processos de formação para o trabalho, mostram-se relevantes no processo da análise histórica de determinada sociedade. Pois, as sociedades mudam seu modo de produção e, por consequência, seu modo de se educar. Todas as sociedades vivem a partir das suas necessidades de consumo e por consequência da forma histórica que desenvolveram sua produção. Portanto, o trabalho é elemento central em toda e qualquer sociedade. As sociedades transmitem os saberes acumulados historicamente às novas gerações, as educando para o convívio social. Portanto, não há sociedade sem trabalho e não há sociedade sem educação. A relação entre trabalho e educação está posta em toda e qualquer sociedade.

Nesse sentido, a disputa pelo controle do saber na produção pela via da divisão do trabalho está articulada aos processos de formação da força de trabalho. Araújo e Rodrigues (2011) colocam a questão nas seguintes bases: de um lado a “pedagogia dos trabalhadores” e do outro a “pedagogia do capital”, defendendo que a educação profissional deve superar o dualismo estrutural, a fragmentação curricular e deve estar sobre o controle dos trabalhadores, partem da concepção de que “a educação em geral e a educação profissional, em particular, constituem campo de disputa no qual predominam abordagens de dois tipos: aquelas que buscam a conformação dos homens e outras que buscam a transformação social” (p. 07).

Araújo e Rodrigues (2011), ainda, esclarecem que as abordagens que buscam a conformação dos homens referem-se à pedagogia focada no capital, “de cunho pragmático, que visam à segregação do desenvolvimento das capacidades de pensar e de fazer do trabalhador e à acomodação social perante a realidade dada”; enquanto as

abordagens que buscam a transformação social se consubstanciam na pedagogia focada no trabalho, contra-hegemônica, “de formação dos trabalhadores a partir dos interesses dos trabalhadores” (p. 07 e 08).

Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica assumiria outra dimensão, a politecnicidade em sobreposição à polivalência. Nesse sentido, compreendemos a educação politécnica a partir da concepção de educação para a classe trabalhadora preconizada por Karl Marx, integração de educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica. Tal dimensão daria conta de por em marcha um projeto de superação da dualidade histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, dando a todos os cidadãos, o efetivo exercício da cidadania por meio da compreensão de todo o processo de produção da existência humana, tornando-o capaz de produzir, conhecendo as técnicas de produção, e de dominar as artes, as letras e as ciências.

Consideramos que a integração assume, na perspectiva de educação politécnica e de formação integral, relevante supremacia, na medida em que coloca as unidades curriculares, antes isoladas, em uma dimensão relacional, promotora da integração entre os sujeitos dos processos de ensino e de aprendizagem e o próprio conhecimento, sobrepujando a fragmentação e a hierarquização dos conhecimentos.

A partir dessas considerações de formação integral e de integração curricular, o trabalho teve como objetivo principal analisar o projeto pedagógico do curso técnico em eletrotécnica integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação campus Vitória, visando identificar práticas integradoras da educação básica com a educação profissional.

A integração da Educação Profissional com a Educação Básica

A integração pressupõe os conhecimentos gerais e específicos constituídos sob o eixo do trabalho, da ciência e da cultura. Assim, “O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender” (RAMOS, 2005, pág. 116). Desse modo, podemos elencar uma série de atributos da integração, enfocando o currículo integrado, da mesma maneira, podemos dizer o que não é a integração, acreditamos que a compreensão do conceito deste objeto, também perpassa pelo entendimento sobre o que ele não é.

A integração pressupõe a compreensão dos educandos no que tange aos processos históricos da produção humana, as relações de trabalho (as mais diversas relações, do trabalho escravo, ao trabalho assalariado e suas dimensões no processo produtivo), a centralidade do trabalho no processo da formação humana, a compreensão da realidade para além da aparência, a desnaturalização dos processos históricos e sociais e a integração entre formação geral, ciência, cultura e as técnicas ligadas à produção. A integração não é a junção desconecta das unidades curriculares ou a sobreposição de umas unidades sobre as outras.

A dimensão política não está desvinculada da integração, uma vez almejada a utópica politecnia, a formação humana integral, a participação social é um pressuposto intrínseco à formação, a compreensão da historicidade dos processos de produção decorre do trabalho como princípio educativo, da compreensão de que ciência e tecnologia apropriados socialmente são importantes instrumentos para a ampliação das capacidades e potencialidades dos diversos atores sociais, desmitificando assim, a visão fragmentada de formação humana rumo à formação integral, por meio dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais os trabalhadores podem alcançar novos patamares no que diz respeito à vida social. Quem não domina os códigos sociais da sociedade onde vive não pode ser um cidadão pleno, no sentido de participar da vida em sociedade, restando-lhe viver à margem.

Nesse sentido a integração curricular pode ser percebida como um modelo de formação de força de trabalho que mais se aproxima com o que Araújo e Rodrigues (2011) denominam Pedagogia dos Trabalhadores, concepção pedagógica que visa a superação da dualidade histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre educação para os trabalhadores e educação para as elites.

O currículo integrado requer aprofundamento teórico sobre as concepções e teorias que o justificam. Os envolvidos na integração devem ter clareza sobre os preceitos da integração, ela exige organização dos conteúdos (da educação básica e da educação profissional), de forma tal que haja aproximação com o mundo real, compreensão do todo, reestabelecimento e conexão entre os conteúdos das modalidades formativas e entendimento de que as tecnologias estão embasadas nos conhecimentos científicos.

A integração entre a educação profissional e a educação geral, é, a partir de um projeto de educação para a classe trabalhadora, tendo o ser humano como centro desse

processo, um projeto de educação que contempla a formação politécnica, que é a apreensão dos fundamentos técnicos e da concepção do homem omnilateral, ou seja, o homem em todas as suas dimensões (RAMOS, 2008). Para a autora, “as aprendizagens escolares devem possibilitar à classe trabalhadora a compreensão da realidade para além de sua aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício das suas necessidades de classe” (idem, pág. 115). Desse modo a educação deve contemplar uma formação para a compreensão da totalidade e não apenas das partes isoladas (somente formação geral ou somente específica).

Para Ciavatta (2005) a formação integrada é

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social (pág. 116).

Nesse entendimento, a integração fundamenta-se na concepção do homem em sua totalidade: o compreende em sua dimensão não só para o trabalho, pois a educação, não é apenas ensinar o aluno a técnica e o manuseio das ferramentas, pois, assim, apenas estaremos reproduzindo os meios de alienação do capitalismo. Deseja-se, sim, ensinar a compreender as ferramentas e os modos de produzir de maneira a gerar novos conhecimentos e novos meios de produção e de trabalho (MACHADO, 2008) e, para que o trabalhador constitua-se enquanto cidadão.

Para Zanin (2011) a formação integrada tem por objetivo:

Garantir ao aluno trabalhador uma formação mais completa, que garantisse uma formação não somente para o trabalho mas para uma compreensão de mundo e para a formação desse jovem como cidadão consciente de seu lugar na sociedade. A formação integrada visa ao fim da dicotomia “formação para a cidadania” e “formação para o trabalho” (ZANIN,2011, pág. 292)

Desse modo, a formação integrada é uma formação que possibilita o desenvolvimento do cidadão para ser crítico e reflexivo, de modo que possibilita a sua autonomia. Essa formação também possibilita que o trabalhador compreenda o processo político do trabalho, de modo que a sua formação lhe permita atuar politicamente na sociedade.

A integração no ensino médio integrado não pode ser pautada pela justaposição de disciplinas, em que se cursa o ensino médio propedêutico em três anos e acrescenta-se mais um ano na formação com a formação específica, e sim, que haja um diálogo, constante entre formação geral e formação específica, de modo que trabalho e educação

estejam engendrados em uma concepção única de educação. A justaposição de disciplinas apenas perpetua a concepção dualista e fragmentária da educação e departamentaliza e fragmenta o saber e o conhecimento, dissociando o trabalho e a educação.

A formação integrada pressupõe um projeto de educação que contemple trabalho, ciência, tecnologia e cultura, ou seja, uma formação politécnica, em que o conhecimento dos fundamentos da técnica sejam apreendidos e articulados com as vivências e experiências de cada um, e por uma educação omnilateral, que contemple o ser humano como centro do processo de educação.

A educação profissional na legislação educacional brasileira

Na Constituição Federal de 1988, e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, temos, como uma das finalidades do ensino médio (Art. 35) II – “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”, de igual modo como a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, 1996). Esse artigo é uma pequena tentativa de aproximação com a concepção de escola politécnica, pela qual se lutava nos anos 1980 para que pautasse a educação brasileira, no entanto permaneceram o viés da política via programas de governo e não de políticas públicas para fortalecimento da educação profissional.

Desse modo, as políticas para educação profissional e tecnológica possuem características para a formação de mão de obra e essas políticas tendem a “(...) atender a demandas por qualificação e requalificação profissional da população adulta de baixa escolaridade por intermédio de uma rede específica de cursos de curta duração, completamente dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada” (FRIGOTO et al, 2005, pág. 1096). Assim, a histórica dicotomia entre a formação para o trabalho e a formação para o intelecto, caracterizada pela dissociação da formação geral da específica, permanece nas políticas atuais para a educação profissional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), Resolução nº 06 de 20 de Setembro de 2012, concebe a organização da educação profissional da seguinte forma:

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica.

§ 1º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

§ 2º Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012).

As atuais Diretrizes para a Educação Profissional permite a multiplicidade de formas para a educação básica de nível médio e a educação profissional. Assim, ainda há muito a avançar para que alcancemos um projeto de educação em que educação profissional e educação básica sejam indissociáveis, entretanto, dentre esses projetos, nós temos a possibilidade da articulação do ensino médio com a educação profissional na forma integrada, em que há matrícula única na educação básica e na educação profissional no mesmo estabelecimento de ensino.

Um projeto integrado visa a uma educação profissional pautada no conhecimento e na apreensão das técnicas e das especificidades do mundo do trabalho e, compreende as vivências, experiências e o saber histórico e social que o ser humano tem e possui. Desse modo, um projeto de educação integrada é um projeto de educação humanista, em que o homem não vive apenas para o trabalho, mas que ele se constitui socialmente e historicamente.

Entretanto, apesar de estar na legislação o ensino médio integrado, há apontamentos de que os processos de fragmentação e a estrutura dual estão presentes no ensino médio integrado, implicando na desintegração dos conhecimentos e dos saberes, da formação manual e intelectual, da formação propedêutica e profissional. Bezerra e Barbosa (2013) ao analisarem 22 Projetos Políticos Pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio de instituições diferentes, apontam que 16 projetos apesar de terem a denominação de integrados tinham por objetivos apenas a formação profissionalizante e apenas 6 dos projetos objetivavam formação humana e profissional. E que, apesar de possuírem a denominação de integrados, permaneciam fundamentados

e estruturados em uma concepção dualista e dicotômica, permanecendo a separação entre ensino médio e educação profissional.

Em suas estruturas, as disciplinas estavam estruturadas de modo que não havia como perceber-se a integração e que os projetos possuíam elementos que levavam à integração mas que, possuíam ao mesmo tempo, contradição de possuírem elementos integradores e (des)integradores. E afirmam que “ a garantia em lei da integração entre EM e EPT não garante a travessia para a politecnicidade almejada” (BEZERRA E BARBOSA, 2013, pág. 13).

Assim, apesar de estar no PPP e na legislação, a integração perpassa por professores, gestores e equipes pedagógicas da instituição, para que, de fato a integração ocorra na prática em sala de aula e no cotidiano da escola.

Deste modo, pensar o ensino médio integrado, requer que pensemos e reflitamos acerca de qual aluno estamos formando. Entendemos, pois, que a educação profissional têm importante função a fim de que o trabalhador não se torne alienado e que, enquanto fabrica não se (des) fabrica e sim, se constitua como homem e cidadão.

Metodologia

O trabalho em tela adotou uma perspectiva teórica marxiana e se desenvolveu com base no método qualitativo (MINAYO, 1997) estruturado em duas fontes principais: a) a legislação nacional/local da integração curricular e b) relatos dos docentes envolvidos na integração curricular.

No primeiro caso, foi realizado uma análise documental das leis e, do plano de curso que define o currículo escolar do curso técnico em Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio do IFES - campus Vitória., foram analisados os aspectos constitutivos da integração curricular estabelecidos como currículo prescrito.

Nesta pesquisa procedeu-se a formação de um grupo de professores da educação geral e do ensino técnico que atuam no curso de Eletrotécnica do IFES – campus Vitória. Metodologicamente, este grupo de participação voluntária, tornou-se uma espécie de grupo focal.

Segundo Melo e Araújo (2010),

o trabalho com grupo focal permite compreender os seguintes aspectos: processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes. Assim, constitui-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições,

preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (p. 02-03).

Segundo Melo e Araújo (2010), nesta metodologia,

convém enfatizar que o trabalho não se caracteriza como entrevista coletiva, mas como proposta de troca efetiva entre os participantes, assim o moderador deve explicitar seu papel, com informações necessárias e básicas. Para iniciar o tema é importante propor que cada um dos participantes faça um comentário geral do assunto para a efetivação da troca entre os membros (p. 02-03).

Resultados e discussão

Apresentaremos neste item parte dos resultados da pesquisa realizada, priorizando a análise do plano de curso, a integração no curso pesquisado e proposições para a consolidação do processo de integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio.

A) Análise do Plano de Curso

Ao analisarmos o plano de curso do curso técnico em eletrotécnica integrado ao ensino médio do IFES – campus Vitória, identificamos possibilidades e limites de integração entre a educação básica e o ensino médio. O plano do curso está fundamentado na legislação da educação básica e da educação profissional vigentes no Brasil atualmente. Desse modo, o curso basea-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/94), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 02, de 30 de Janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica [CNE/CEB]). Fundamenta-se também na Resolução nº. 3 de 2008 do CNE/CEB e no novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC). Nos cabe ressaltar, que, o plano foi aprovado em um momento em que estava para ser aprovado novas Diretrizes para Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovadas em 2012, assim, temos ainda aspectos da antiga legislação, aprovada no contexto do Decreto 2.208/97, que impossibilita a articulação da educação básica com a educação profissional.

Nesse sentido, temos uma contrariedade no plano pois, o mesmo apesar de estar em sua concepção a formação humana e cidadã, há uma forte vinculação com o desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho, de modo que, interfere no currículo do curso, apresentado como uma lista de conteúdos a serem apresentados aos alunos. O plano não nos mostra como se dará a integração entre as disciplinas e entre os professores.

Ao apresentar em seus objetivos o desenvolvimento de habilidades e competências, o curso se propõe a uma formação que atenda aos interesses do mercado e para o desenvolvimento de mão-de-obra para o trabalho, de modo que há a manutenção da condição social, política e econômica desse sujeito. Diante disso, em seus objetivos, o plano se contrapõe ao seu princípio do curso de:

Quanto aos princípios dá destaque ao que declara pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas por deixar espaço para a implementação de práticas didáticas que possibilitem a integração curricular quer seja entre a formação geral e a formação técnica como entre as áreas definidas nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio [...] (IFES, 2012, pág.09).

Ao ancorar os objetivos do curso na base das competências, permite que a formação do aluno seja estreita e com ênfase no desenvolvimento de habilidades a serem adquiridas para desempenhar uma determinada função no trabalho. Para Ramos (2011, pág. 61) ao conceber uma política baseada em competências elas:

a. reduzem as chamadas competências profissionais aos desempenhos observáveis; b. reduzem a natureza do conhecimento ao desempenho que ele pode desencadear; c. consideram a atividade profissional competente como uma justaposição de comportamentos elementares cuja aquisição obedeceria a um processo cumulativo; d. não coloca a efetiva questão sobre os processos de aprendizagem, que subjazem aos comportamentos e desempenhos: os conteúdos da capacidade.

Ao conceber uma formação fundamentada na pedagogia das competências ela centra-se no desempenho de atividades e em um rol de conhecimentos que o aluno necessita ter para desempenhar suas atividades. Assim, a ênfase da formação está na lista de conteúdos que o aluno deve ter para adentrar no mercado de trabalho de modo que os objetivos pedagógicos se transformam em objetivos operacionais. Para Ramos (2008)

Do ponto de vista da hierarquização do saber, o discurso sobre as competências pode ser compreendido como uma tentativa de substituir uma representação hierárquica estabelecida entre os saberes e as práticas, notadamente aquela que se estabelece entre o puro e o aplicado, entre o teórico e o prático ou entre o geral e o técnico por uma representação da

diferenciação que seria essencialmente horizontal e não mais vertical. (RAMOS, 2008, pág. 119)

A formação por competência perpassa a fragmentação do currículo de modo que há valorização de disciplinas técnicas para o desenvolvimento de capacidades técnicas que permita a sua inserção no mercado de trabalho e para o saber fazer, e apenas para a dimensão do trabalho.

A partir da análise do plano do curso, podemos identificar que o plano, por ser um instrumento que possibilita e que fundamenta a prática pedagógica e que também possui a concepção e a fundamentação política do curso, apresenta tanto uma formação estreita que tem por objetivo atender ao desenvolvimento e a manutenção do capital, quanto também de formação para do ser humano enquanto sujeito agente político na sociedade. Esta ambiguidade no plano, traz consequências para o fazer e o trabalho docente, pois, por possuir das concepções no plano, há também, duas práticas pedagógicas: uma para a formação de mão-de-obra para o mercado paraa manutenção dos interesses capitalistas e outra para a formação do ser humano em sua dimensão política, psicológica, social e intelectual.

B) A integração no curso Técnico em Eletrotécnica

Ao analisarmos as gravações realizadas durante as reuniões com os professores do curso técnico em eletrotécnica, percebeu-se que os professores enfrentam dificuldades para conseguir integrar as disciplinas e entre si. Em suas falas, observa-se que os professores não sabem realizar a integração:

O que eu penso, e eu vou responder com muita franqueza, é que, de um modo geral, todos nós estamos trabalhando de forma isolada. Nessas últimas reuniões que você citou cara, foi muito legal, porque o pessoal se sensibilizou. O pessoal da matemática alterou o conteúdo, o pessoal da física também. Porque, por exemplo, quando eles forem falar de eletricidade pro pessoal de eletro, eles vão falar que já viram aquilo. Entendeu? Então, eu penso que é muito isolado mesmo. Até no âmbito profissionalizante do curso a gente tem trabalhado de forma isolada. Dentro das especificidades do curso, algumas disciplinas, por natureza, fazem essa integração, mas isso está muito no âmbito do pessoal. Da iniciativa pessoal. De forma sistematiza, não vejo e arrisco a dizer que não vejo porque nós não sabemos fazer. (professor A)

Esse isolamento a que se refere o professor, foi recorrente em falas de outros docentes, que apontam a falta de comunicação e de diálogo como obstáculos para que se faça uma tentativa de aproximação entre a área propedêutica e a técnica e, até mesmo, entre as próprias disciplinas, pois, há apontamento de professores de que os docentes da

mesma área não conseguem dialogar, interferindo, assim, na possibilidade de integração. Este isolamento, representa descontinuidade e fragmentação de conteúdos e saberes, de modo que o aluno seja o responsável por integrar tudo por si só.

Outro aspecto importante apontado pelos professores é a falta de planejamento e horários para que se discuta o curso, e para que os professores façam o planejamento conjunto, no coletivo. Este aspecto, de natureza gerencial, denota a dificuldade em realizar a integração também no nível gerencial.

Outro elemento importante levantado pelos professores para a não integração é a verticalização do IFES. Um mesmo professor atua em níveis diferentes, como um professor de matemática que atua no Ensino Médio Integrado, no curso Técnico Subsequente, na Graduação e na Pós-Graduação, de modo que se torna inviável realizar planejamento diversificado para os diferentes cursos, como afirma o professor B:

Hoje a matemática, por exemplo, tem a licenciatura e tem o mestrado. Então, olha só, o professor às vezes está dando aulas nessas diversas áreas e aí esse período ele pegou uma turma do técnico integrado, ele não pode fazer um trabalho diferenciado porque não dá, ele tem outras preocupações. Essa diversificação aqui, essa verticalização eu acho que prejudicou um pouco essa integração. Eu acho muito difícil fazer. (professor B)

Desse modo o professor nos mostra que, ao se transformar em Instituto Federal e com a diversidade de cursos ofertados pela instituição, o professor que atua nesses diferentes cursos, que atendem a públicos distintos, necessita ter tempo para realizar o planejamento adequado para cada um. Entretanto, o que ocorre é que não possibilita o planejamento e a adequação à turma que o professor atua, resultando em um obstáculo para a integração.

O curso integrado nos possibilita que o IFES cumpra a função social de preparar o aluno para ser cidadão. Nesse entendimento, o curso técnico integrado em eletrotécnica possibilita não apenas uma formação técnica em eletrotécnica, mas também que possibilite ao aluno atuar na sociedade, de modo que ele seja autônomo em suas decisões e que possa pensar por si mesmo. A integração no curso, entre professores da área propedêutica e técnica e entre as áreas em si, deve ter o aluno como centro do processo formativo.

Na análise das falas, para um professor, o ensino médio integrado deve ser mais do que o ensino propedêutico com o profissionalizante. Para ele, não é apenas formar para ter uma profissão, é também formar para ser cidadão.

Dentro da minha opinião sobre isso aí, o que eu vejo é o seguinte, a educação profissional talvez possa ser mais do que o médio propedêutico no sentido de preparar o aluno pra um trabalho. E aí eu já coloco aquela questão que sempre permeia as nossas práticas, nossas decisões que é se é pra preparar para o mercado ou se é pra formar um cidadão. Ou seria as duas coisas?
(PROFESSOR C)

A proposição do professor traz o debate da finalidade da educação. Desse modo, o curso não apenas forma para o mercado de trabalho, mas também para atender às necessidades formativas do cidadão no sentido de proporcionar a compreensão dos fundamentos da técnica e também, os fundamentos políticos do trabalho, e as possibilidades e as lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a educação profissional vista como possibilidade de transformação social e espaço de formação política, deve ser uma constante e um dos fundamentos da formação para o trabalho.

Uma outra possibilidade apresentada nas reuniões por um professor, é que para que ocorra a integração, ela deve ter um gestor. O professor afirma: “A integração precisa ser a nível de projeto acadêmico, projeto pedagógico e o coordenador é o gerente desse negócio. Ele que tem que verificar o que está acontecendo” (Professor D). Para este professor a possibilidade de ocorrer a integração só se dará a partir de um projeto que envolva todos os docentes do curso, que é um outro obstáculo apresentado pelos docentes, pois, por terem múltiplas atividades, há professores que não se envolvem no âmbito do curso, de maneira que dificulta o processo de integração. Nesse intuito há de se pensar maneiras que possibilitem aos realizar o planejamento em conjunto.

A partir dessa análise, percebemos possibilidades e limites de integração no curso técnico integrado em eletrotécnica. Por meio desta análise identificamos a necessidade de pensarmos em práticas integradoras e de como integrar não só conteúdos, e disciplinas, mas também integrar os professores e gestores como partes fundamentais que são, para uma educação humana e que contemple a formação integral do aluno.

Podemos perceber, pela fala do professor, que ainda temos muito o que fazer para que ocorra a integração, pois, de acordo com o professor D “É, só uma crítica, o nosso conceito de integração é muito restrito. Na maioria das nossas discussões ele só vai até o encadeamento de tudo, na melhor das hipóteses.” (Professor D). Para que avancemos nesse projeto de construção de uma educação que privilegie o interesse dos trabalhadores, faz-se necessário que os professores compreendam e entendam a

integração como alternativa do projeto hegemônico capitalista que visa ao desenvolvimento de mão de obra para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, para um outro professor nos diz:

já coloco aquela questão que sempre permeia as nossas práticas, nossas decisões que é se é pra preparar para o mercado ou se é pra formar um cidadão. Ou seria as duas coisas? Aí já entra a questão da integração também né? Formar pra vida e formar um profissional. Mas aí eu também já coloco o nosso caso aqui no Ifes e em que medida ela cumpre esse papel?

Desse modo, nos perguntamos sobre a função social do IFES, e, também, do curso Integrado em Eletrotécnica. A formação é para atender ao mercado de trabalho ou para atender às demandas da sociedade? Pois, um projeto de educação para atender à sociedade perpassa pelo trabalho e na formação que esse sujeito recebe para adentrar no trabalho. Essa formação não pode ser aligeirada, superficial e desprovida de intencionalidade política.

Nesse entendimento, para Ciavatta (2005, pág. 88) “este é o sentido da histórica formação profissional no Brasil, uma luta política permanente entre duas alternativas: a implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional *versus* a proposta da introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual.”

Diante do exposto, aditamos que a concepção de uma formação que contemple a educação profissional para o desenvolvimento para o trabalho e também para a sua convivência em sociedade.

Considerações

O presente trabalho proporcionou que pudéssemos acompanhar os processos de integração no âmbito do curso técnico integrado em eletrotécnica do IFES campus Vitória. Tal perspectiva nos ampliou o conhecimento da realidade que perpassa a integração ou a não integração no curso. Assim, apesar de ser uma perspectiva de educação a qual tem por objetivo a formação do trabalhador não apenas para o trabalho, mas para viver em sociedade, há ainda avanços a serem feitos de modo que alcance a perspectiva que possibilite uma interface com a educação omnilateral, com os princípios da escola unitária e com a concepção de escola politécnica.

Temos perspectivas de que com a abertura para o debate e os momentos de discussão proporcionado pelas reuniões do projeto de pesquisa, proporcione mudanças para avançar de modo que as práticas integradoras façam parte efetivamente do curso, a fim de que proporcione a superação da fragmentação de conhecimento e da dicotomia de formação intelectual e formação manual, entre ensino propedêutico e ensino profissional.

Referências

BEZERRA, Daniella de Souza; BARBOSA, Walmir. Ensino Médio Integrado à educação profissional técnica e seus projetos político-pedagógicos: na mira(gem) da politécnica e da (des)integração. In: **36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. Goiânia / GO, 2013

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de Setembro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União: Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

_____. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e das outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 18 de abril de 1997. Seção 1, pág. 7760.

_____. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: **Ensino Médio integrado: Concepções e mudanças**. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2005. Pág. 83 – 105.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: **Ensino Médio integrado: Concepções e mudanças**. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2005. Pág. 57 – 82

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, nº 92, p. 1087-1113, Especial – Out. 2005.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, p. 8-22, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Projeto de Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica. Vitória/ E.S.: 2012.

MELO, Patrícia Sara Lopes e ARAÚJO, Waldirene Pereira. **Grupo focal na pesquisa em educação**. Trabalho apresentado no GT 03, 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT_03_10_2010.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa**. São Paulo huctec, 1997. Disponível em: <<http://metodologia137.pbworks.com/w/page/20812918/TEORIA>>

RAMOS, Marise. Referências formativas sobre práticas em educação profissional: a perspectiva histórico-crítica como contra-hegemonia às novas pedagogias. In: ARAÚJO, Ronaldo M. de Lima e RODRIGUES, Doriedson S. (Organizadores) **Filosofia da práxis e didática da educação profissional** Campinas: Autores Associados, 2011.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: **Ensino Médio integrado: Concepções e mudanças**. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2005. Pág. 106 – 127.

_____. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César Frana. (Orgs). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Pág. 114 – 124.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 10 de novembro 2013

ZANIN, Larissa Fabricio. Educação Profissional e currículo integrado: caminhos e desafios. In: MEDEIROS, Ilalza Maria da Conceição. *et al* (Org.) **Diálogos sobre a educação profissional e tecnológica: saberes, metodologia e práticas pedagógicas**. Colatina: Ifes, 2011. 2ª reimpressão.